

Luana Luiza Goncalves De Abreu Hey
Contadora Adjunta COGES/RO
(Portaria 92 (0037700450)

Protocolo 0046731884

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - SEFIN

BALANÇO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
SEFIN-RO
EXERCÍCIO 2023

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FINANÇAS

Luís Fernando Pereira Da Silva

SECRETÁRIA DE ESTADO DE FINANÇAS ADJUNTA

Franco Maegaki Ono

CONTROLADOR INTERNO

Douglas Carreiro da Hora

CONTADOR SETORIAL

Marcelo Fabrício de Souza Alves

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

O objetivo principal das notas explicativas às demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As notas explicativas são compostas pelas seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Tais demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis aplicáveis ao setor público, vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição – MCASP.

Desta forma, o escopo desta declaração refere-se às demonstrações contábeis acima descritas, tendo como base os dados consolidados da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia.

Cabe destacar que este Setorial de Contabilidade, de acordo com a Lei Complementar nº 1.109, de 12 de Novembro de 2021, compõe a estrutura da Contabilidade Geral do Estado – COGES, e exerce a competência de Setorial Contábil da Secretaria de Estado de Finanças .

Assim, considerando os pontos acima, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidas pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2023, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia.

Porto Velho, Fevereiro de 2024

Marcelo Fabrício de Souza Alves

CRC nº RO-006297/O-0

Analista Contábil da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia – SEFIN - RO

1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

A Secretaria de Estado de Finanças SEFIN-RO, Órgão Central do Sistema Operacional de Finanças, com sede na cidade de Porto Velho, no Estado de Rondônia. Estruturada por meio do Decreto Nº 25.424, de 24 de Setembro de 2020, compete:

- I - a formulação da política econômico-tributária do Estado;
- II - o estudo, a regulamentação, a fiscalização e o controle da aplicação da Legislação Tributária;
- III - a orientação dos contribuintes para a correta observância da Legislação Tributária;
- IV - o planejamento fiscal, arrecadação e fiscalização de tributos;
- V - a execução de atividades centrais referentes ao sistema contábil oficial do Estado;
- VI - o planejamento financeiro, o processamento central de despesas públicas, a tesouraria, a administração da dívida pública, a contabilidade geral do Estado e a prestação geral de contas; e
- VII - promover todos os atos necessários até a efetiva liquidação e extinção das empresas públicas em processo de liquidação e extinção ou que venha a ingressar nesta condição.

Integram a estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado de Finanças:

I - A Coordenadoria da Receita Estadual - CRE, vinculada e subordinada à Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN, compete o planejamento, a organização, previsão, direção, análise e controle das receitas derivadas do Estado; a tributação, a arrecadação e fiscalização dos tributos com todas as suas fases; o treinamento de pessoal na área de sua competência e outras atividades correlatas:

II - O Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais - TATE, vinculado e subordinado à Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN, tem por finalidade a distribuição da justiça fisco- administrativa, julgando em Primeira e Segunda Instâncias as questões tributárias entre contribuintes e o Fisco Estadual, tendo sede na Capital e jurisdição em todo o Território do Estado de Rondônia: e

III - O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON, vinculado à Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN, tem por finalidade realizar o seguro social dos servidores

do Estado de Rondônia e praticar as operações previdenciárias e assistenciais; realizar operações de seguros privados no ramo vida e em ramos complementares; e realizar operações de pecúlio, na forma da legislação em vigor.

1.1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Secretaria de Estado de Finanças são elaboradas em consonância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Abrangem também as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Cabe ressaltar as diretrizes dispostas no Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis - MCDC/COGES-RO, 7ª edição, elaborado pela Contabilidade Geral do Estado – COGES, conforme possibilitado pela Lei Complementar nº 1.109, de 12 de novembro de 2021.

O referido manual pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.contabilidade.ro.gov.br.

As demonstrações contábeis consolidam as informações das Unidades Gestoras 14.000.1 e 14.0099, e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/RO, utilizado para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

1.2. **PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADOS PELA SEFIN**

A estrutura do orçamento público Estadual é estabelecida pela Lei de Diretrizes orçamentária, elaborada pela Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG.

Por sua vez, a execução do orçamento advém por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito do Estado de Rondônia.

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Secretaria de Estado de Finanças, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

1.3. **CONTA ÚNICA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**

Por força do Decreto nº 16.883 de 2/07/2012, os órgãos da administração direta, com dotação orçamentária nas Fontes 1501 e 1899, cujos empenhos e respectivas ordens bancárias decorrentes de sua execução deverão emitir seus respectivos empenhos diretamente à conta única do Tesouro Estadual. Todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco do Brasil e gerenciada/opereacionada pela SEFIN.

1.4. **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS X RECURSOS FINANCEIROS**

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. Os recursos orçamentários são aqueles destinados a controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, por meio da estimativa das receitas e da fixação das despesas. Já os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária.

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A "despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento".

1.5. **RESTOS A PAGAR**

Conforme a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços, distinguindo-se de processadas e não processadas.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas são registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte ("resíduos passivos"); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

1.6. **MOEDA FUNCIONAL**

A moeda funcional é o Real, sendo os saldos em moeda estrangeira convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

1.7. DISPONIBILIDADES

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

1.8. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO

Compreendem os direitos a receber/recuperar a curto prazo relacionados. Tais valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

1.9. ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados conforme seu valor de aquisição ou produção/construção nas entradas, enquanto nas saídas, pelo seu custo médio ponderado, conforme art. 106 da Lei nº 4.320/64 e e NBC TSP 04/2016.

1.10. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com dívida ativa não tributária e respectivos ajustes para perdas. Tais valores são avaliados e mensurados por seu valor original e, quando aplicável, são acrescidos de atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

1.11. IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

1.12. DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação dos bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes. A depreciação de tais bens é iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

As informações da depreciação dos bens móveis são apuradas pelo Sistema E-Estado, utilizando como regra de cálculo o referido método das quotas constantes.

1.13. DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Os bens imóveis da Secretaria de Estado de Finanças foram inventariados e reavaliados por comissão técnica específica em 2023, proporcionando a atualização dos seus respectivos valores e maior confiabilidade as informações dispostas aos demonstrativos contábeis.

1.14. INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, estando aqueles que possuem vida útil definida, sujeitos à amortização.

1.15. PASSIVOS

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- (ii) fornecedores e contas a pagar;
- (iii) obrigações fiscais; e
- (iv) provisões a curto e longo prazo.

1.16. **RESULTADO ORÇAMENTÁRIO**

O regime orçamentário da Secretaria de Estado de Finanças segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto o superávit é apresentado junto às despesas.

1.17. **RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão.

Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

2. **BALANÇO PATRIMONIAL – BP**

			R\$
	ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I)			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		1.974.154.319,63	1.735.681.466,97
LIMITE DE SAQUE (II)		1.974.154.319,63	1.735.681.466,97
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (III) = (I) - (II)		1.280.490.515,31	848.232.212,90
CRÉDITOS A CURTO PRAZO			
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		693.663.804,32	887.449.254,07
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO		1.734.940.544,58	1.274.702.513,67
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - INTER OFSS - UNIÃO		1.734.940.544,58	1.274.702.513,67
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - INTER OFSS - ESTADO		1.635.333.747,40	1.175.095.716,49
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER			
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		90.497.127,12	90.497.127,12
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		9.109.670,06	9.109.670,06
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		-	-
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - COSOLIDAÇÃO		6.428.320,16	294.700.906,78
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - INTRA OFSS		1.016.737,07	253.681.005,26
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL		-	252.791.972,55
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		1.016.737,07	889.032,71
IRRF A COMPENSAR		5.464.646,40	40.511.987,47
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		5.464.646,40	40.511.987,47
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO		360.162,22	921.139,58
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		360.162,22	921.139,58
=DEBITOS A REGULARIZAR COM ARRESTO JUDICIAL		360.162,22	921.139,58
=DEBITOS A REGULARIZAR COM SEQUESTRO JUDICIAL		208.567,14	921.139,58
=DESPESA BANCÁRIAS A REGULARIZAR		150.595,08	-
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		1.000,00	-
ESTOQUES		(413.225,53)	(413.225,53)
ALMOXARIFADO		94.002,63	117.777,42
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		94.002,63	117.777,42
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.715.617.187,00	3.305.202.664,84
ATIVO			
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		31/12/2023	31/12/2022
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		126.602.844,16	126.602.844,16
CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO		112.082.783,40	112.082.783,40
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO		112.082.783,40	112.082.783,40
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO		14.520.060,76	14.520.060,76
IMOBILIZADO		14.520.060,76	14.520.060,76
BENS MOVEIS		77.294.448,09	64.905.412,55
BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO		26.298.602,35	21.453.177,28
BENS IMÓVEIS		26.298.602,35	21.453.177,28
BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO		54.708.787,39	45.721.671,10
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		54.708.787,39	45.721.671,10
INTANGÍVEL		(3.712.941,65)	(2.269.435,83)
SOFTWARES- CONSOLIDAÇÃO		7.994.000,00	6.924.264,50
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		7.994.000,00	6.924.264,50
TOTAL DO ATIVO		211.891.292,25	198.432.521,21
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE		31/12/2023	31/12/2022
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		366,36	9.147.232,00
PESSOAL A PAGAR		-	7.037.801,93
PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO		-	7.037.801,93
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		-	-
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO		-	-
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		366,36	2.109.430,07
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO		-	-
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS		-	17.580,49
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO		366,36	2.091.849,58
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - ESTADO		-	-
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - MUNICÍPIO		-	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		12.678,89	469.857,75
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		12.678,89	469.857,75
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO		12.678,89	469.857,75
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS		-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS		-	-
TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		238.059.570,63	-
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A PAGAR		23.754.863,78	-
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A PAGAR - INTER OFSS - ESTADO		9.308.932,71	-
=TRANSFERENCIA AO FUNDEB - INTER OFSS - ESTADO		9.308.932,71	-
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A PAGAR - INTER OFSS - MUNICÍPIO		14.445.931,07	-
REPARTIÇÃO DA COTA DE ICMS		14.445.931,07	-
REPARTIÇÃO DA COTA-PARTE DO IPI		-	-
=REPARTIÇÃO DA COTA-PARTE DO IPI (F)		-	-
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A PAGAR		214.304.706,85	-

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	214.304.706,85	-
PROVISÕES A CURTO PRAZO	23.644.209,84	23.644.209,84
PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO	23.644.209,84	23.644.209,84
PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO	-	-
PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO	-	-
PROVISÕES PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A CURTO PRAZO	-	-
ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.355.472.287,86	1.112.032.586,14
VALORES RESTITUIVEIS	1.355.472.287,86	1.112.032.586,14
VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	1.355.472.287,86	1.112.032.586,14
VALORES RESTITUIVEIS - CONSIGNAÇÃO	32.849.402,36	31.965.136,14
VALORES RESTITUIVEIS - INTRA OFSS	84.237,18	84.237,18
VALORES RESTITUIVEIS - INTER OFSS - UNIÃO	43.753,60	40.197,65
VALORES RESTITUIVEIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	459,40	459,40
DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	39.122.128,38	224.258.727,05
DEPOSITOS E CAUÇÕES	25.462.609,93	16.902.467,13
DEPOSITOS A TRANSFERIR	6.762.410,61	200.098.401,63
OUTROS DEPOSITOS	6.897.107,84	7.257.858,29
VALORES RESTITUIVEIS - INTRA OFSS	-	-
CONSIGNAÇÕES	-	-
=DUODÉCIMO PODERES	-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.283.372.306,94	855.683.828,72
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	1.283.372.306,94	855.683.828,72
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	2.881.791,63	7.451.615,82
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO-INTRA OFSS	1.280.490.515,31	848.232.212,90
=RECURSOS A LIBERAR - LIMITE DE SAQUE (F)	786.877.365,37	325.542.860,83
=RECURSOS A LIBERAR - LIMITE DE SAQUE-TESOURO (F)	493.613.149,94	522.689.352,07
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	1.617.189.113,58	1.145.293.885,73
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO NAO-CIRCULANTE		
PROVISÕES A LONGO PRAZO	751.624.785,97	-
PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO	751.624.785,97	-
PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	751.624.785,97	-
OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO	-	-
OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	-	-
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	-	4.127,28
OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	-	4.127,28
OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO- CONSOLIDAÇÃO	-	4.127,28
TOTAL DO PASSIVO NAO-CIRCULANTE	751.624.785,97	4.127,28
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	-	-
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-	-
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE ATIVOS	-	-
DEMAIS RESERVAS	1.816.459,45	4.900.504,87
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	1.816.459,45	4.900.504,87
RESULTADOS ACUMULADOS	1.556.878.120,25	2.353.436.668,17
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.558.694.579,70	2.358.337.173,04
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.927.508.479,25	3.503.635.186,05
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
Ativo Financeiro	1.974.154.319,63	1.735.681.466,97
Ativo Permanente	1.953.354.159,62	1.767.953.719,08
Total Ativo (I)	3.927.508.479,25	3.503.635.186,05
PASSIVO		
Passivo Financeiro	1.594.865.695,13	1.108.954.542,75
Passivo Permanente	778.151.153,80	40.175.679,39
Total Passivo (II)	2.373.016.848,93	1.149.130.222,14
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	1.554.491.630,32	2.354.504.963,91
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	25.169.479,73	16.392.276,93
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	25.169.479,73	16.392.276,93
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potencias Passivos	31.872.392,23	31.872.392,23
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	31.872.392,23	31.872.392,23
QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2023	31/12/2022

500	Recursos não Vinculados de Impostos.	124.710.940,08	394.093.639,68
501	Outros Recursos não Vinculados	30.054.739,83	1.835.700,75
502	Recursos Não Vinculados da Compensação de Impostos	65.250.269,83	-
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	6.329,17	4.677,93
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos	30.662.196,34	98.665.282,83
707	Transferências da União e inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	60.000,00	60.000,00
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	7.634.973,90	12.243.739,94
709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	1.964.092,85	4.114.285,18
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	48.431.309,16	2.799.149,89
753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	693.378,76	414,09
754	Recursos de Operações de Crédito	4.077.403,81	588.179,41
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	437.268,87	3.391.068,87
759	Recursos Vinculados a Fundos	61.319.752,95	93.781.331,31
761	Recursos vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	1.731,18	1.731,18
799	Outras Vinculações Legais	12.327,67	12.327,67
803	Recursos Vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)	866.441,35	866.441,35
869	Outros Recursos Extraorçamentários	131.237,10	118.336,71
899	Outros Recursos Vinculados	2.974.231,65	14.150.647,43
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		379.288.624,50	626.726.954,22

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)
SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade
Relatório Emitido em 20/02/2024 às 11:04 por Marcelo Fabricio De Souza Alves

LUIS FERNANDO PEREIRA DA SILVA
Secretário de Estado de Finanças

MARCELO FABRÍCIO DE SOUZA ALVES
Analista Contábil FUNDAT/SEFIN CRC
6297/O-0

3. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2023	Janeiro a Dezembro / 2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.565.520.790,27	5.198.702.969,39
IMPOSTOS	5.562.954.821,48	5.195.491.788,55
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA	1.203.831.739,79	1.017.420.994,17
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	4.359.123.081,69	4.178.070.794,38
TAXAS	2.565.968,79	3.211.180,84
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	122,84	581.093,60
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.565.845,95	2.630.087,24
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	24.646.830,69	33.129.396,77
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	24.646.830,69	33.129.396,77
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	24.646.830,69	33.129.396,77
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	149.457.941,75	158.714.713,72
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	9.342.804,37
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	0,00	9.342.804,37
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	149.457.941,75	149.371.909,35
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	149.457.941,75	149.371.909,35
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	23.996.464.828,28	20.753.450.380,70
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	18.790.979.757,50	16.198.516.491,91
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	287.643.197,28	264.489.222,27
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	18.503.336.560,22	15.934.027.269,64
TRANSFERÊNCIAS INTER GVERNAMENTAIS	5.205.485.070,78	4.554.933.888,79
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS	5.161.373.395,68	4.527.323.094,36
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	44.111.675,10	27.610.794,43
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	20.334.854,44	2.126.317.636,71
GANHOS COM ALIENAÇÃO	3.095.211,70	4.017.662,70
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	3.095.211,70	4.017.662,70
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	4.919.132,70	480.560,18
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS	3.779,10	0
OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	4.915.353,60	480.560,18
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	12.320.510,04	2.121.819.413,83
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	12.320.510,04	2.121.819.413,83
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.162.023.778,49	9.538.541.867,02
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0	9.225.905.981,32
REVERSÃO DE PROVISÕES	-	9.225.905.981,32
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	3.992,17	21.395,68
DIVIDENDOS E RENDIMENTOS DE OUTROS INVESTIMENTOS	3.992,17	21.395,68
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.162.019.786,32	312.614.490,02
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	15.258.999,70	6.811.949,18
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	15.271.563,50	8.534.366,64
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	2.131.489.223,12	297.268.174,20
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	31.918.449.023,92	37.808.856.964,31
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PESSOAL E ENCARGOS	225.559.991,97	231.610.291,98
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	197.717.699,32	201.724.072,95
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	196.105.263,76	194.851.454,72
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS	121.870,44	5.173.603,05
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO MILITAR	1.490.565,12	1.699.015,18
ENCARGOS PATRONAIS	27.587.354,32	29.622.102,36
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	26.948.080,72	25.860.165,50
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	366,36	3.175.026,30
CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	488.907,24	436.910,56
OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	150.000,00	150.000,00
BENEFÍCIOS A PESSOAL	254.938,33	264.116,67
BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS	254.938,33	264.116,67
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	845.834,29	731.085,01
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	845.834,29	731.085,01
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - SERVIDOR CIVIL	845.834,29	731.085,01
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	26.490.187,40	25.679.448,74
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	916.145,89	799.234,15
CONSUMO DE MATERIAL	916.145,89	799.234,15
SERVIÇOS	24.283.846,48	24.135.574,94
DIÁRIAS	1.046.360,30	580.525,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PF	573.163,75	505.977,18
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	22.664.322,43	23.049.072,76
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.290.195,03	744.639,65
DEPRECIAÇÃO	1.290.195,03	744.639,65
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	31.092.123.698,99	32.724.340.168,43
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	29.736.552.798,90	31.531.180.392,32
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	8.092.195.799,53	7.160.351.207,25
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	21.332.695.516,52	24.366.565.404,49
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	311.661.482,85	4.263.780,58
TRANSFERÊNCIAS INTER GVERNAMENTAIS	1.354.953.610,89	1.192.233.668,92
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	-	210.900,48
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	612.289,20	660.106,71
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	612.289,20	660.106,71
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	5.000,00	55.100,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES	5.000,00	55.100,00
DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	78.027.173,21	6.145.386,37
TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	1.276.926.437,68	1.186.088.282,55

DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	156.849.819,96	182.374.516,76
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	42.635,90	2.234.210,69
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO	6.842,18	2.345,85
OUTRAS PERDAS INVOLUNTÁRIAS	35.793,72	2.231.864,84
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	156.807.184,06	180.140.306,07
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	156.807.184,06	180.140.306,07
TRIBUTÁRIAS	25.070,65	10.796,17
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	25.070,65	10.796,17
TAXAS	25.070,65	10.796,17
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	970.929.492,84	197.769.501,77
PREMIAÇÕES	5.000.000,02	2.127.739,97
PREMIAÇÕES CULTURAIS	5.000.000,02	2.127.739,97
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	751.624.785,97	0
VPD DE PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS	751.624.785,97	0
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	214.304.706,85	195.641.461,80
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	214.304.706,85	195.641.461,80
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0	300,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	32.472.824.096,10	33.362.515.808,86
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	(554.375.072,18)	4.446.341.155,45

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)
LUIS FERNANDO PEREIRA DA SILVA
Secretário de Estado de Finanças

MARCELO FABRÍCIO DE SOUZA ALVES
Analista Contábil FUNDAT/SEFIN
CRC 6297/O-0

4. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	8.829.969.494,00	9.405.163.263,67	9.203.342.924,59	-201.820.339,08
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.690.029.549,00	4.947.511.677,40	4.692.551.334,54	-254.960.342,86
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0	0	0	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	281.296.132,00	248.724.524,56	174.108.764,61	-74.615.759,95
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.665.838.368,00	4.017.058.373,75	4.164.413.089,88	147.354.716,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	192.805.445,00	191.868.687,96	172.269.735,56	-19.598.952,40
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.845.052,00	3.845.052,00	3.095.211,70	-749.840,30
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	899.517,00	899.517,00	3.095.211,70	2.195.694,70
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.945.535,00	2.945.535,00	0	-2.945.535,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	8.833.814.546,00	9.409.008.315,67	9.206.438.136,29	-202.570.179,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	8.833.814.546,00	9.409.008.315,67	9.206.438.136,29	-202.570.179,38
DEFICIT (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	8.833.814.546,00	9.409.008.315,67	9.206.438.136,29	-202.570.179,38
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	207.322.137,45	-	-
Recursos Arrecados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	207.322.137,45	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	210.831.347,00	278.529.442,63	268.232.840,73	264.029.891,35	264.017.212,46	10.296.601,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	174.962.601,00	237.616.370,46	234.119.128,11	234.118.834,37	234.118.834,37	3.497.242,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.868.746,00	40.913.072,17	34.113.712,62	29.911.056,98	29.898.378,09	6.799.359,55
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	899.517,00	899.517,00	-	-	-	899.517,00
INVESTIMENTOS	899.517,00	899.517,00	-	-	-	899.517,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	211.730.864,00	279.428.959,63	268.232.840,73	264.029.891,35	264.017.212,46	11.196.118,90
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	211.730.864,00	279.428.959,63	268.232.840,73	264.029.891,35	264.017.212,46	11.196.118,90
SUPERÁVIT (XIV)	-	-	8.938.205.295,56	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	211.730.864,00	279.428.959,63	9.206.438.136,29	264.029.891,35	264.017.212,46	11.196.118,90
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	3.832.179,13	3.277.163,77	3.277.163,77	555.015,36	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	3.832.179,13	3.277.163,77	3.277.163,77	555.015,36	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	3.832.179,13	3.277.163,77	3.277.163,77	555.015,36	-

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (b)			
DESPESAS CORRENTES	523.179,04	18.184,26	181.641,48	359.721,82	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	71.505,55	-	71.505,55	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	451.673,49	18.184,26	110.135,93	359.721,82	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	523.179,04	18.184,26	181.641,48	359.721,82	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)
LUIS FERNANDO PEREIRA DA SILVA
Secretário de Estado de Finanças

MARCELO FABRÍCIO DE SOUZA ALVES Analista
Contábil FUNDAT/SEFIN
CRC 6297/O-0

5. BALANÇO FINANCEIRO – BF

INGRESSOS	Janeiro a		Janeiro a	
	Dezembro/2023		Dezembro/2022	
Receita Orçamentária (I)	9.206.438.136,29		8.497.826.841,18	
Ordinária	8.916.324.306,31		8.125.315.045,82	
Vinculada	290.113.829,98		372.511.795,36	
Recursos Vinculados à Programas de Recursos Hídricos	37.907.568,14		31.000.000,00	
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	3.234.938,29		-	
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	32.385,31		34.753,05	
Recursos Vinculados a Fundos	138.153.222,27		178.022.037,78	
Outras Vinculações de Recursos	110.785.715,97		163.455.004,53	
Transferências Financeiras Recebidas (II)	18.779.427.883,38		16.180.643.773,23	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	287.643.197,28		264.489.222,27	
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	18.491.784.686,10		15.916.154.550,96	
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-		-	
Recebimentos Extraorçamentários (III)	5.867.588.396,21		4.950.415.363,01	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	4.202.949,38		3.832.179,13	
Inscrição de Restos a Pagar Processados	12.678,90		18.184,26	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.402.340.149,19		3.995.283.543,51	
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-		-	
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	511.830.195,38		227.569.759,13	
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.262.764,76		11.433.945,48	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.946.939.658,60		7.12.277.751,50	
Saldo do Exercício Anterior (IV)	887.449.254,07		1.133.800.337,62	
Caixa e Equivalente de Caixa	887.449.254,07		1.133.800.337,62	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-		-	
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	34.740.903.669,95		30.762.686.315,04	
Despesa Orçamentária (VI)	268.232.840,73		248.758.435,05	
Ordinária	239.635.208,49		226.172.219,81	
Vinculada	28.597.632,24		22.586.215,24	
Recursos Vinculados à Programas de Infra Estrutura de Transportes	-		-	
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	16.740,00		80.300,50	
Outras Vinculações de Recursos	28.580.892,24		22.505.914,74	
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	27.766.449.363,75		24.266.387.317,59	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	8.092.195.799,53		7.160.351.207,25	
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	19.362.592.081,37		17.101.772.329,76	
Transferências Concedidas Aportes RPPS	311.661.482,85		4.263.780,58	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	6.012.557.661,14		5.360.091.308,33	
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	3.277.163,77		6.811.264,46	
Pagamento de Restos a Pagar Processados	181.641,48		690.922,79	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.586.588.925,69		4.025.406.808,14	
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-		-	
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	511.269.218,02		221.027.135,86	
Ajustes de Exercícios Anteriores	252.808.678,13		3.920.166,58	
Perdas de Investimentos Temporários	-		-	
Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.658.432.034,05		1.102.235.010,50	
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	693.663.804,32		887.449.254,07	
Caixa e Equivalente de Caixa	693.663.804,32		887.449.254,07	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-		-	
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	34.740.903.669,94		30.762.686.315,04	

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2023			JANEIRO a DEZEMBRO/2022		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	13.458.119.246,14	4.541.794.939,83	8.916.324.306,31	12.376.365.757,93	4.251.050.712,11	8.125.315.045,82
Vinculada	290.113.829,98	-	290.113.829,98	372.511.795,36	-	372.511.795,36
Recursos Vinculados à Programas de Recursos Hídricos	37.907.568,14	-	37.907.568,14	31.000.000,00	-	31.000.000,00
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	3.234.938,29	-	3.234.938,29	-	-	-
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	32.385,31	-	32.385,31	34.753,04	-	34.753,04
Recursos Vinculados a Fundos	138.153.222,27	-	138.153.222,27	178.022.037,78	-	178.022.037,78
Outras Vinculações de Recursos	110.785.715,97	-	110.785.715,97	163.455.004,53	-	163.455.004,53
TOTAL	13.748.233.076,12	4.541.794.939,83	9.206.438.136,29	12.748.877.553,29	4.251.050.712,11	8.497.826.841,18

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEP)
SIGEP/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 28/02/2024 às 09:02 por Marcelo Fabricio De Souza Alves

LUIS FERNANDO PEREIRA DA SILVA
Secretário de Estado de Finanças

MARCELO FABRÍCIO DE SOUZA ALVES
Analista Contábil FUNDAT/SEFIN

CRC 6297/O-0

6. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	33.846.143.575,90	29.621.017.951,33
Receita Tributária	4.692.551.334,54	4.422.754.966,26
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	24.650.822,86	33.150.792,45
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	149.457.941,75	149.371.909,35
Outras Receitas Derivadas e Originárias	172.269.735,56	213.579.952,35
Transferências recebidas	22.943.840.973,26	19.855.595.331,30
Outros ingressos operacionais	5.863.372.767,93	4.946.564.999,62
Desembolsos	34.043.024.237,35	29.868.733.275,72
Pessoal e demais despesas	267.476.017,71	223.952.600,01
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	27.766.449.363,75	24.292.191.554,63
Outros desembolsos operacionais	6.009.098.855,89	5.352.589.121,08
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	(196.880.661,45)	(247.715.324,39)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	3.095.211,70	4.017.662,70
Alienação de bens	3.095.211,70	4.017.662,70
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	-	2.653.421,86
Aquisição de ativo não circulante	-	-
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros desembolsos de investimentos	-	2.653.421,86
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	3.095.211,70	1.364.240,84
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	-	-
Operações crédito	-	-
Integralização do capital social de empresas dependentes	-	-
Outros ingressos de financiamentos	-	-
Desembolsos	-	-
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	(193.785.449,75)	(246.351.083,55)
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	887.449.254,07	1.133.800.337,62
Caixa e Equivalente de Caixa Final	693.663.804,32	887.449.254,07
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	4.164.413.089,88	3.674.951.558,07
da União	4.164.413.089,88	3.674.951.558,07
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	18.779.427.883,38	16.180.643.773,23
Outras transferências recebidas	-	-
Total das Transferências Recebidas	22.943.840.973,26	19.855.595.331,30
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	-	-
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	-	-
a Consórcios Públicos	-	-

Intragovernamentais	27.766.449.363,75	24.292.191.554,63
Outras transferências concedidas	-	-
Total das Transferências Concedidas	27.766.449.363,75	24.292.191.554,63
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		
Legislativa	-	-
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	267.476.017,71	223.952.600,01
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	267.476.017,71	223.952.600,01
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		

LUIS FERNANDO PEREIRA DA SILVA
Secretário de Estado de Finanças

MARCELO FABRÍCIO DE SOUZA ALVES
Analista Contábil FUNDAT/SEFIN
6297/O-0 CRC

7. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

Mês Referência:	Dezembro								
ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social / Capital	Adiant. para Futuro Aumento	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimoni	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais	-	-	-	-	-	4.900.504,87	2.353.436.668,17	-	2.358.337.173,04
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-242.183.475,74	-	-242.183.475,74
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate / Reemissão de Ações e Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-554.375.072,18	-	-554.375.072,18
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição / Reversão de	-	-	-	-	-	-3.084.045,42	-	-	-
Dividendos a distribuir (R\$. . . por	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos Finais	-	-	-	-	-	1.816.459,45	1.556.878.120,25	-	1.558.694.579,70
Fonte: SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal									
LUIS FERNANDO PEREIRA DA SILVA Secretário de Estado de Finanças					MARCELO FABRÍCIO DE SOUZA ALVES Analista Contábil FUNDAT/SEFIN 6297/O-0 CRC				

8. NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas visam fornecer informações adicionais ao esclarecimento das situações patrimonial, orçamentária e financeira, não indicadas nas próprias demonstrações contábeis. Desta forma, abaixo são apresentadas as notas explicativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparativamente ao mesmo período do exercício de 2022.

8.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Estado de Rondônia e Recursos Liberados pelo Tesouro, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Tal item está subdividido em Banco Conta Movimento, Rede Bancária Arrecadação, Limite de Saque e Limite de Saque Liberados pelo Tesouro.

Caixa e Equivalentes de Caixa	2022	2023	AH%
Banco Conta Movimento	306.689.885,89	129.768.514,74	-58%
Rede Bancária Arrecadação	23.036.986,39	35.841.884,01	-56%
Limite de Saque	35.033.059,72	34.440.255,63	-02%
Limite de Saque Liberados pelo Tesouro	522.689.352,07	493.613.149,94	-06%
Total	887.449.254,07	693.663.804,32	-22%
Fonte: SIGEF 2022 e 2023			

Os recursos concentrados na SEFIN obtiveram redução de 22% em 2023, em relação ao exercício de 2022, em decorrência da diminuição dos pagamentos de despesas empenhadas com recursos próprios

Ainda sobre a atual composição da Conta única do Estado e suas características específicas, citamos a seguir um resumo da atual parametrização que norteia a vigente configuração da referida conta, conforme explicação técnica da Contabilidade Geral do Estado, Ofício nº 19/2023/COGES-CADCF:

A parametrização do Balanço Patrimonial está demonstrada no Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis - MCDIC, parte III - Balanço Patrimonial e corresponde as diretrizes do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, 9ª Edição, 4.5.1

- Quadro Principal, pág. 518, juntamente com as Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 04 - Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial, pág. 08.

Dessa forma, o valor apresentado no Balanço Patrimonial, quadro principal, linha caixa e equivalente de caixa, deverá refletir o valor registrado na conta contábil 1.1.1.0.0.00.00.

Insta mencionar, para fins de elaboração da nota explicativa, o art. 56 da Lei 4.320/64: "o Recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao **princípio de unidade de tesouraria**, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais", cujo objetivo visa garantir disponibilidade de recursos para pagamento no momento do vencimento, minimizar necessidade de obtenção de empréstimos e seus respectivos custos, maximizar o rendimento dos saldos de caixa ociosos, permitir melhor controle de todos ingressos, evitando os desvios de recursos e centralizar operações financeiras.

Isto posto, a Conta Única do Tesouro - CUT obedecendo o princípio da tesouraria, utiliza o limite de saque com vinculação de pagamento do qual o Tesouro controla os pagamentos dentro de cada fonte de recursos, de forma a vincular a liberação com a respectiva despesa, a partir da criação do código de **vinculação de pagamento**.

Posto isso, inserimos no Balanço Patrimonial para fins de melhor entendimento e clareza, os valores contantes à conta Limite de Saque, e detalhamos abaixo os seus saldos.

Conta Corrente	Conta Contábil	Descrição	Saldo
001 02757X 0000100005 1.500.0.00001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	239.359.212,27
001 02757X 0000100005 1.500.0.01001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	117.166.620,64
001 02757X 0000100005 1.500.0.01002	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	30.549.083,20
001 02757X 0000100005 1.500.0.07001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	3.593.460,49
001 02757X 0000100005 1.500.0.07002	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	2.854.752,08
001 02757X 0000100005 1.500.0.07003	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	4.343.090,73
001 02757X 0000100005 1.500.0.07004	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	2.471.901,51
001 02757X 0000100005 1.500.0.07005	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	1.069.766,42
001 02757X 0000100005 1.500.0.07006	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	2.502.049,26
001 02757X 0000100005 1.500.0.07007	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	3.023.854,95
001 02757X 0000100005 1.500.0.07008	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	3.233.714,23
001 02757X 0000100005 1.500.0.07009	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	3.189.298,61
001 02757X 0000100005 1.500.0.07010	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	4.588.314,14
001 02757X 0000100005 1.500.0.07011	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	599.201,50
001 02757X 0000100005 1.500.0.07012	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	4.873.000,00
001 02757X 0000100005 1.500.0.07013	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	3.917.279,57
001 02757X 0000100005 1.500.0.07014	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	4.028.321,59
001 02757X 0000100005 1.500.0.07015	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	2.360.429,47
001 02757X 0000100005 1.500.0.07016	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	2.784.679,31
001 02757X 0000100005 1.500.0.07017	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	3.640.069,94
001 02757X 0000100005 1.500.0.07018	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	6.575.841,64
001 02757X 0000100005 1.500.0.07019	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	3.182.196,60
001 02757X 0000100005 1.500.0.07020	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	3.879.611,22
001 02757X 0000100005 1.500.0.07021	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	3.537.025,10
001 02757X 0000100005 1.500.0.07022	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	2.737.796,52
001 02757X 0000100005 1.500.0.07023	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	3.793.090,31
001 02757X 0000100005 1.500.0.07024	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	3.776.684,51
001 02757X 0000100005 1.500.0.07051	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	16.364.641,05
001 02757X 0000100005 1.500.0.07052	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	14.906.621,57
001 02757X 0000100005 1.500.0.07053	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	9.598.828,27
001 02757X 0000100005 1.500.0.07054	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	6.259.239,45
001 02757X 0000100005 1.500.0.07055	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	21.541.863,13
001 02757X 0000100005 1.500.0.07056	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	11.928.825,95
001 02757X 0000100005 1.500.0.07222	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	843,16
001 02757X 0000100005 1.500.0.07333	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	3.307,24
001 02757X 0000100005 1.500.1.00001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	1.150.652,31
001 02757X 0000100005 1.501.0.00001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	13.781.129,22
001 02757X 0000100005 1.501.0.08103	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	439.496,61
001 02757X 0000100005 1.502.0.01001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	18.531.089,45
001 02757X 0000100005 1.502.0.01002	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	8.238.031,74
001 02757X 0000100005 1.659.0.08104	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	432.155,07
001 02757X 0000100005 1.700.0.00001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	3.388,00
001 02757X 0000100005 1.704.0.00001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	3.545.277,31
001 02757X 0000100005 1.708.0.00001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	1.813.863,95
001 02757X 0000100005 1.709.0.00001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	1.379.003,54
001 02757X 0000100005 1.753.0.00001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	2.155.345,90
001 02757X 0000100005 1.755.0.00001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	1.196.410,70
001 02757X 0000100005 1.759.0.08004	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	92.208,33
001 02757X 0000100005 1.803.0.00001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	1.202.291,04
001 02757X 0000100005 1.803.0.07222	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	662.181,75
001 02757X 0000100005 1.869.0.00000	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	24.425.507,61
001 02757X 0000100005 1.899.0.00001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	3.422.410,64
001 02757X 0000100005 1.899.0.08104	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	14,85
001 02757X 0000100005 2.500.0.00001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	47.387.698,56
001 02757X 0000100005 2.500.0.01001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	14.616.601,40
001 02757X 0000100005 2.500.0.01002	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	5.904.930,96
001 02757X 0000100005 2.501.0.08103	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	694.959,15
001 02757X 0000100005 2.700.0.00001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	655,62
001 02757X 0000100005 2.708.0.00001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	6.969.352,41
001 02757X 0000100005 2.709.0.00001	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	4.114.285,00
001 02757X 0000100005 2.899.0.08146	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	67.365,57
001 02757X 0000104698 1.540.0.01030	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	43.536.079,59
001 02757X 0000104698 1.540.0.01070	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	21.681.430,51

001 02757X 0000104698 1.543.0.01030	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	10.296.878,59
001 02757X 0000104698 1.869.0.00000	2.1.8.9.2.40.01.00	Limite de Saque (F)	902.154,36
Total			786.877.365,37

UG (Financeira)	Conta Contábil	Descrição	Valor
140099	21892400100	Recursos a Liberar (Limite de Saque - Unidades Gestoras)	786.877.365,37
		Subtotal	786.877.365,37
UG (Financeira)	Conta Contábil	Descrição	Valor
140099	11112400103	Limite de Saque - Tesouro	493.613.149,94
140099	11112400104	Limite de Saque Tesouro - Bloqueado / Comprometido	0
UG (Financeira)	Conta Contábil	Descrição	Valor
140099	21892400300	Recursos a Liberar (Limite de Saque TESOIRO)	493.613.139,52
		Subtotal	493.613.139,52
Total Limite de Saque			1.280.490.504,89

Portanto, ao analisar o saldo de caixa e equivalente de caixa deverá ser considerado o valor repassado ou comprometido com às unidades gestoras e que tenha seus respectivos valores registrados em contas do passivo - Outras obrigações a curto prazo 2.1.8.9.2.00.00, conforme detalhado acima.

8.2. CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Os Créditos e Valores a Curto Prazo compreendem principalmente os créditos provenientes de Impostos a receber em razão dos lançamentos tributários e os valores inscritos em Dívida Ativa, destalhamos a seguir os créditos tributários a receber inerentes ao IPVA, ITCMD e ICMS.

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER					
Impostos	2022	AV%	2023	AV%	AH%
IPVA	72.253.250,42	6,15%	133.582.586,94	8%	85%
ITCMD	21.319.978,87	1,81%	22.576.982,04	1%	6%
ICMS	1.081.522.487,20	92,04%	1.479.174.178,42	90%	37%
TOTAL	1.175.095.716,49	100,00%	1.635.333.747,40	100%	39%

Os créditos demonstrados na tabela acima são oriundos dos lançamentos previstos no art. 142 do Código Tributário Nacional e se materializam no momento do fato gerador e teve em 2023 um aumento de 39% em relação ao período anterior.

Em relação a Dívida Ativa que também compõe os créditos a Curto Prazo, informamos que o Estado de Rondônia implementou uma nova Política Contábil referente a Dívida Ativa, na qual consiste no registro do estoque da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária do Estado de Rondônia, no sistema de contabilidade, pela UG 110003 - Procuradoria Geral do Estado (PGE).

8.3. DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

As Demais Obrigações a Curto Prazo envolvem pricipalmente as rubricas de Adiantamentos que em 2023, e evidenciou aumento de 14,36%, conforme demonstrado abaixo:

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2022	2023	AH%
Salários E Ordenados - Adiantamentos	36.086,10	36.086,10	0,00%
Viagens - Adiantamento	305.185,00	305.185,00	0,00%
Suprimento De Fundos	259.421,61	326.721,61	25,94%
Diarias	288.340,00	348.744,36	20,95%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	889.032,71	1.016.737,07	14,36%

O destaque foram para as contas de suprimentos de fundos e diárias com aumento de 25,94% e 20,95% respectivamente, esse aumento se deve ao fato da impletação da modernização nas unidades da SEFIN-RO, do Programa Rural Show e do Programa Nota Legal Rondoniense no interior do estado de Rondônia.

8.4. ESTOQUES

Os estoques da SEFIN, ao término do exercício de 2023, totalizaram R\$ 94.002,63, representando decréscimo de -20,19% em relação ao mesmo período de 2022, conforme demonstrado na tabela a seguir:

ESTOQUES	2022	2023	AH%
Almoxarifado	117.777,42	94.002,63	-20,19%
Almoxarifado - Consolidação	117.777,42	94.002,63	-20,19%
=Material De Consumo	117.777,42	94.002,63	-20,19%
TOTAL	117.777,42	94.002,63	-20,19%

Os Estoques da Secretaria de Finanças compreendem Materiais de Consumo em Almoxarifado e representam os itens mantidos para utilização interna, como materiais de expediente, materiais químicos, materiais elétricos, dentre outros.

Os registros de estoques da SEFIN coadunam com o inventário produzido durante o exercício, podendo desta forma, representar fidedignamente a realidade.

8.5. BENS MÓVEIS

Ao término do exercício de 2023, a SEFIN apresentou saldo de R\$ 26.298.602,35 referentes a Bens Móveis registrados no SIGEF e distribuídos conforme composição da tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO BENS MÓVEIS	2022	2023	AH%	AV%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	483.256,37	662.264,22	37,04%	2,52%
Bens de Informática	12.537.808,44	17.055.389,03	36,03%	64,85%
Móveis e Utensílios	2.537.694,83	2.823.220,16	11,25%	10,74%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	190.929,47	267.866,00	40,30%	1,02%
Veículos	5.496.620,27	5.349.106,27	-2,68%	20,34%
Bens Móveis em Almoxarifado	206.867,90	140.756,67	-31,96%	0,54%
Demais Bens Móveis	0	0	0,00%	0,00%
TOTAL	21.453.177,28	26.298.602,35	22,59%	100,00%

O principal incremento nos bens móveis da SEFIN em 2023, se deu em razão das aquisições de bens de material cultural, educacional e de comunicação, que são adquiridos pelo Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Administração Tributária – FUNDAT, e possibilitam a otimização dos serviços de arrecadação, tributação e fiscalização dos tributos estaduais.

Cabe destacar que os bens adquiridos pelo FUNDAT, são transferidos para UG 140001- Secretaria de Finanças antes do término de cada exercício, a fim de cumprir o disposto no art. 6º da lei complementar n. 855, de 23 de dezembro de 2015:

Art. 6º. Os bens adquiridos com os recursos do Fundo serão incorporados ao patrimônio da Secretaria de Estado de Finanças.

O controle dos bens móveis da entidade é efetuado no sistema de gestão patrimonial, denominado E-estado, que registra as movimentações de bens móveis referentes às unidades organizacionais da SEFIN que posteriormente são registrados no SIGEF.

Neste sentido, aproveitamos para demonstrar o valor apresentado no Relatório de Inventário Anual, frente aos valores registrados no SIGEF.

CONTA	VALOR REGISTRADO NO INVENTÁRIO	VALOR REGISTRADO NO SIGEF	EVENTUAL DIFERENÇAS	DIFERENÇA
1.2.3.1.1.01.00	663.094,39	662.264,22	R\$ 830,17	0,00%
1.2.3.1.1.02.00	17.095.618,80	17.055.389,03	R\$ 40.229,77	0,00%
1.2.3.1.1.03.00	2.851.535,89	2.823.220,16	R\$ 28.315,73	0,00%
1.2.3.1.1.04.00	267.866,00	267.866,00	R\$ 0,00	0,00%
1.2.3.1.1.05.00	5.420.487,27	5.349.106,27	R\$ 71.391,00	0,00%
1.2.3.1.1.08.00	0,00	140.756,67	R\$ -140.756,67	0,00%
TOTAL	26.298.602,35	26.298.602,35	0,00	0,00%

Percebe-se que o valor de de R\$ 140.756,67, apresentado no SIGEF na conta 1.2.3.1.1.08.00, é referente aos bens inservíveis. Informamos que o E-estado não possui conta para registro de bens inservíveis, motivo este, os valores apresentados pela comissão de inventário foram registradas nas contas de bens localizados, mantendo os valores finais em consonância com os registrados no SIGEF.

Com relação ao TC-15, o mesmo foi apresentado com os valores contábeis líquidos e demonstrando informações detalhadas no processo SEI 0030.013567/2023-93, ID (0046110101).

No que se refere ao valor da depreciação acumulada dos bens móveis, listamos abaixo de forma detalhada, a depreciação por grupo de contas registrada no SIGEF relacionada com as mesmas contas apresentada no E-estado em 2023:

DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS		E-ESTADO 2023	SIGEF 2023	DIFERENÇA
(-) Depreciação Acumulada De Máquinas, Aparelhos, Equipamentos E Ferramentas	-	50.822,65	50.747,93	74,72
(-) Depreciação Acumulada De Bens De Informática	-	2.995.291,35	2.988.049,99	7.241,36
(-) Depreciação Acumulada De Móveis E Utensílios	-	248.326,40	245.777,99	2.548,41
(-) Depreciação Acumulada De Materiais Culturais, Educacionais E De Comunicação	-	23.500,69	22.630,81	869,88
(-) Depreciação Acumulada De Veículos	-	324.359,36	320.946,38	3.412,98
(-) Depreciação Acumulada De Bens Móveis Em Almoxarifado	-	-	14.147,35	- 14.147,35
TOTAL	-	3.642.300,45	3.642.300,45	-

A diferença assinalada à conta de depreciação acumulada de bens móveis em almoxarifado ocorreu por motivo do registro no E-estado dos valores dos bens inservíveis nas contas dos bens localizados, e ao longo do exercício de 2023 o setor de contabilidade foi lançando as eventuais diferenças na conta de depreciação acumulada em almoxarifado mantendo os valores finais em consonância com os registrados no E-estado.

Portanto, com base nas informações dispostas no Balanço Patrimonial, o resumo do Inventário físico e o relatório da comissão de inventário produzidos em 2023, inteiramos que estes refletem com a exigua ressalva, a real situação patrimonial da Secretaria de Finanças no exercício de 2023.

8.6. BENS IMÓVEIS

Os Bens Imóveis da SEFIN, no encerramento do exercício de 2023, totalizaram R\$ 54.708.787,39, e estão distribuídos em Porto Velho, com o Centro de Atendimento ao Contribuinte, e no interior do Estado com as Delegacias e Agências de Renda de acordo com suas destinações, conforme demonstrado na tabela abaixo:

COMPOSIÇÃO BENS IMÓVEIS	2022	2023	AH%
Bens de Uso Especial	41.623.519,53	49.475.000,00	19%
Imóveis Comerciais	1.106.499,97	0,00	-
Edifícios	12.634.972,44	31.575.000,00	150%
Terrenos/Glebas	0,00	1.900.000,00	-
Postos de Fiscalização	27.882.047,12	16.000.000,00	-43%
Bens Dominicais	3.072.548,99	0,00	-
Edifícios	3.072.548,99	0,00	-
Bens Imóveis em Andamento	1.025.602,58	5.233.787,39	410%
TOTAL	45.721.671,10	54.708.787,39	20%

O aumento no valor dos bens imóveis da SEFIN, se deu em razão das reformas e reavaliação dos bens imóveis das unidades da SEFIN durante o exercício, que apliaram e alteraram o seu valor, conforme comissão de verificação, apuração e elaboração de relatórios por unidade dos bens imóveis, designada por meio da Portaria nº 427 de 05 de abril de 2023, processo: 0030.013412/2023-57.

8.7. INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ao término do exercício de 2023, os bens intangíveis da SEFIN apresentaram um aumento de 15% relação a exercício de 2022 com saldo final de R\$ 7.994.000,00, conforme tabela abaixo:

INTANGÍVEL	2022	2023	AH%
Softwares	5.588.570,90	7.994.000,00	-
Softwares Em Desenvolvimento	1.335.693,60	0,00	0%
TOTAL	6.924.264,50	7.994.000,00	15%

8.8. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Ao término do exercício de 2023, a SEFIN apresentou saldo a pagar a fornecedores no montante de R\$ 12.678,89, representando redução de cerca de 97%, em relação ao mesmo período de 2022. Tal redução se deu em razão do acompanhamento constante das despesas ordinárias da SEFIN, reduzindo assim o passivo para o exercício seguinte.

8.9. PROVISÕES DE CURTO PRAZO E LONGO PRAZO

O saldo da rubrica provisões de curto prazo registrado no passivo não circulante apontou R\$ 23.664.209,84 em 2023, o montante se manteve inalterado em comparação a 2022, o saldo das provisões de longo prazo foi no montante de R\$ 751.624.785,97 referente a processos judiciais em tramitação. Informações encontradas na planilha id (0044586558) de provisões e passivos contingentes encaminhada pela PGE-RO, no Ofício nº 27257/2023/PGE-DAAP, Processo SEI 0020.021004/2023-98.

DESCRIÇÃO	2022	2023
Provisões para Riscos Fiscais de Curto Prazo	23.664.209,84	23.664.209,84
Provisões para Riscos Fiscais de Longo Prazo	-	751.624.785,97
TOTAL	23.664.209,84	775.288.995,81

8.10. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os Ajustes de Exercícios Anteriores ocorrem pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Ao término do exercício de 2023, a SEFIN apresentou saldo de superávit patrimonial no valor de R\$ 1.556.878.120,25, conforme demonstram a tabela abaixo:

SUPERÁVIT PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO 2022		
Conta Contábil	Descrição	SALDO 31.12
23711000000	Superávits Ou Déficits Do Exercício	4.832.538.791,66
23712000000	Superávits Ou Déficits Do Exercício	-17.113.643.934,06
23713000000	Superávits Ou Déficits Do Exercício	19.889.888.708,76
23714000000	Superávits Ou Déficits Do Exercício	-5.968.727.196,94
23715000000	Superávits Ou Déficits Do Exercício	-93.178.249,17
TOTAL		1.556.878.120,25

8.11. SUPERÁVIT APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

O superávit financeiro apurado no balanço patrimonial compreende, segundo o MCASP:

– a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas. Portanto, trata-se de saldo financeiro e não de nova receita a ser registrada. O superavit financeiro pode ser utilizado como fonte para abertura de créditos suplementares e especiais;

A SEFIN, por seu balanço consolidado das 140099 e 140001, apresentou um resultado superavitário em R\$ 379.288.624,50. Esse valor é transferido para o exercício a começar, quando, então, será utilizado como recurso na abertura de um crédito suplementar e/ou especial.

De acordo com a legislação pertinente, o superávit financeiro, como fonte de recurso, será aplicado em despesas governamentais do exercício seguinte, mediante a abertura de crédito adicional suplementar e/ou especial.

9. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As Variações Patrimoniais Aumentativas na SEFIN totalizaram ao fim do exercício de 2023, o montante de R\$ 31.918.449.023,92, sendo R\$ 23.996.464.828,28 referentes a transferências e delegações recebidas que representou 75,18% do total das variações patrimoniais aumentativas.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2023	2022	AV%	AH%
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	5.565.520.790,27	5.198.702.969,39	17,44%	7,06%
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	24.646.830,69	33.129.396,77	0,08%	-25,60%
Variações patrimoniais financeiras	149.457.941,75	158.714.713,72	0,47%	-5,83%
Transferências e delegações recebidas	23.996.464.828,28	20.753.450.380,70	75,18%	15,63%
Valorização com ativos e desincorporação de passivos	20.334.854,44	2.126.317.636,71	0,06%	-99,04%
Outras variações patrimoniais aumentativas	2.162.023.778,49	9.523.195.551,20	6,77%	-77,30%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	31.918.449.023,92	37.793.510.648,49	100,00%	-15,55%

9.1. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As Variações Patrimoniais Diminutivas na SEFIN totalizaram ao fim do exercício de 2023, o montante de R\$ 32.472.824.096,10, sendo R\$ 31.092.123.698,99 referentes a transferências e delegações concedidas, ou seja, 95,75%.

No geral, as Variações Patrimoniais Diminutivas diminuíram 2,67% ao término do exercício de 2023, em relação à 2022. Neste interin, as rubricas de Variações tributárias obtiveram um incremento de 132,22% em relação ao período anterior, conforme tabela a seguir:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2023	AH%	2022	AV%
Pessoal e encargos	225.559.991,97	0,69%	231.610.291,98	-2,61%
Benefícios previdenciários e assistenciais	845.834,29	0,00%	731.085,01	15,70%
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	26.490.187,40	0,08%	25.679.448,74	3,16%
Transferências e delegações concedidas	31.092.123.698,99	95,75%	32.724.340.168,43	-4,99%
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	156.849.819,96	0,48%	182.374.516,76	-14,00%
Tributárias	25.070,65	0,00%	10.796,17	132,22%
Outras variações patrimoniais diminutivas	970.929.492,84	2,99%	197.769.501,77	390,94%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	32.472.824.096,10	100,00%	33.362.515.808,86	-2,67%

9.2. RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

O Resultado do Exercício de 2023 foi deficitário em R\$ 554.375.072,18, impactado principalmente pelo aumento das transferências concedidas, sendo o resultado do período -87,53% menor que o mesmo período anterior, conforme tabela a seguinte:

	2023	2022	AH%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	554.375.072,18	4.446.341.155,45	-87,53%

9.3. RECEITAS CORRENTES

Durante o exercício de 2023, a previsão inicial das Receitas Correntes da SEFIN foi alterada em 6,5%, em relação ao consignado na LOA, sendo arrecadados durante o exercício o montate de R\$ 9.203.342.924,59 ou seja, -2,15% menor do que a previsão atualizada, conforme tabela resumida das receitas.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)	SALDO %
RECEITAS CORRENTES	8.829.969.494,00	9.405.163.263,67	9.203.342.924,59	-201.820.339,08	-2,15%
Impostos, Taxas E Contribuições De Melhoria	4.690.029.549,00	4.947.511.677,40	4.692.551.334,54	-254.960.342,86	-5,15%
Receita Patrimonial	281.296.132,00	248.724.524,56	174.108.764,61	-74.615.759,95	-30,00%
Transferências Correntes	3.665.838.368,00	4.017.058.373,75	4.164.413.089,88	147.354.716,13	3,67%
Outras Receitas Correntes	192.805.445,00	191.868.687,96	172.269.735,56	-19.598.952,40	-10,21%

As transferências correntes superaram a previsão inicial em 3,67%, já as receitas patrimoniais foram reduzidas em -30,00% em relação a previsão atualizada.

Em relação as renúncias de receitas registrada no período, que compreendem que alcaçam o IPVA e o ICMS, especificamos abaixo por tipo de tributo os motantes contabilizados no exercício:

RENÚNCIA DE RECEITA 2023	VALOR	AV%
IPVA	262.211,88	0,04%
ICMS	634.361.209,95	99,96%
TOTAL	634.623.421,83	100,00%

É importante frisar que o valor citado compreende as renúncias de receita referente a 01 de janeiro de 2023 a 29 de dezembro de 2023 , haja vista, que a sua disponibilização ocorre após o 21º dia do mês subsequente, devido ao regime de pagamento das empresas

que possuem benefícios fiscais e entregam suas informações da fruição das renúncias na EFD (Escrita Fiscal Digital) até o dia 14 do mês seguinte ao do movimento fiscal.

9.4. RECEITAS DE CAPITAL

Durante o exercício de 2023, a arrecadação da Receita de Capital teve redução de 19,50% em relação a receita a previsão atualizada, o destaque foi para Alienação de bens com aumento expressivo de 244,10%. Todos esses recursos foram registrados como receita de capital pela Coordenadoria do Tesouro.

DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZADA	SALDO	%
				(D) = (C - B)	
Receitas De Capital	3.845.052,00	3.845.052,00	3.095.211,70	-749.840,30	-19,50%
Alienação De Bens	899.517,00	899.517,00	3.095.211,70	2.195.694,70	244,10%
Outras Receitas De Capital	2.945.535,00	2.945.535,00	0	-	-

9.5. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário é confronto da receita arrecadada versus a despesa empenhada. Conforme demonstrado na tabela abaixo, ao término do exercício de 2023, a SEFIN apresentou Superávit Orçamentário de R\$ 8.938.205.298,56.

RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		RECEITAS REALIZADAS
Receitas Correntes		9.203.342.924,59
Receitas De Capital		3.095.211,70
Total Das Receitas		9.206.438.139,29
Despesas Orçamentárias		
Despesas Correntes		268.232.840,73
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO		8.938.205.298,56

9.6. DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A dotação inicial da SEFIN, foi alterada em 32,11% quando comparada a dotação atualizada no execício, o total empenhado alcançou 98,80% da dotação disponível, sendo empenhados durante o exercício 96,31% da dotação atualizada.

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	SALDO	%
				(D) = (C - B)	
Despesas Correntes	210.831.347,00	278.529.442,63	268.232.840,73	-10.296.601,90	-3,69%
Despesas de Capital	899.517,00	899.517,00	-	-	0%

9.7. RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - RPNP

Em 2023, foram cancelados R\$ 555.015,36 referentes a saldos residuais de empenhos emitidos até 2022, e que ainda não haviam sido liquidados, sendo pagos o montante de R\$ 3.277.163,77.

9.8. RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - RPP

O total de despesas inscritas em restos a pagar processados em 2023, totalizou R\$ 541.363,30, conforme valores e processos abaixo especificados, sendo cancelados R\$ 359.721,82 e pagos o motante de R\$ 181.641,48.

9.9. RESULTADO FINANCEIRO – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

O Resultado Financeiro é encontrado por meio do confronto entre os ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da entidade. Tal resultado pode ser obtido tanto pelo Balanço Financeiro, quanto pela Demonstração dos Fluxos de Caixa, em virtude do princípio de caixa único. Desta forma o Resultado Financeiro da SEFIN consolidado em 2023 foi deficitário em R\$ 193.785.449,75, conforme tabela a seguir:

Resultado Financeiro - Geração Líquida de Caixa	2023	2022	AH%
Fluxos de caixa das Atividades das Operações	-196.880.661,45	-247.715.324,39	-21%
Fluxos de caixa das Atividades de Investimento	3.095.211,70	1.364.240,84	127%
Fluxos de caixa das Atividades de Financiamento	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-193.785.449,75	-246.351.083,55	-21%

Por fim, a Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa ao final do exercício de 2023, foi influenciada pelo Fluxo de Caixa das Atividades das Operações (que agrupam os ingressos das receitas, bem como dos desembolsos). No Fluxo de Caixa das Atividades das Operações as houve redução de 21% em relação ao mesmo período anterior e contribui diretamente para o déficit apurado.

Protocolo 0046826790

BALANÇO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
FUNDAT-SEFIN-RO
EXERCÍCIO 2023

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FINANÇAS

Luís Fernando Pereira Da Silva

SECRETÁRIA DE ESTADO DE FINANÇAS ADJUNTA

Franco Maegaki Ono

CONTROLADOR INTERNO

Douglas Carreiro da Hora

CONTADOR SETORIAL

Marcelo Fabrício de Souza Alves

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

O objetivo principal das notas explicativas às demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As notas explicativas são compostas pelas seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Tais demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis aplicáveis ao setor público, vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição – MCASP.

Desta forma, o escopo desta declaração refere-se às demonstrações contábeis acima descritas, tendo como base os dados consolidados da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia.